



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

11.16
127

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0023720-31.2012.8.17.0000(0292036-9)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Município de Tabira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MATADOURO PÚBLICO. INSTALAÇÕES INADEQUADAS. RISCO A SAÚDE PÚBLICA. POLUIÇÃO AMBIENTAL. INTERDIÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO POR UNANIMIDADE. REFORMADA A DECISÃO PROFERIDA EM PRIMEIRO GRAU.

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto em face da decisão do MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabira, que, nos autos da Ação Ordinária com pedido de liminar (processo nº 0003278-52.2012.8.17.1420), que concedeu a liminar para autorizar provisoriamente, o funcionamento do Matadouro Público de Tabira.

Alega o agravante que a manutenção do julgado de primeiro grau acarretará lesão grave e de difícil reparação à Fazenda pública Estadual, haja vista permitir a reabertura de matadouro público que não cumpre as normas sanitárias, colocará em risco iminente à população local.

O cerne do presente recurso cinge-se na irresignação do agravante, no que atine à decisão proferida pelo douto juízo da Comarca de Tabira, que, liminarmente, determinou a reabertura do matadouro.

Analisando a decisão recorrida percebo que a autorização provisória para o funcionamento do matadouro público municipal que não cumpre as normas sanitárias, colocará em risco iminente à saúde da população local.

Verifica-se nos autos que o laudo de vistoria foi emitido em 02/08/2012, pela ADAGRO que o encaminhou à Prefeitura de Tabira, informando-lhe acerca da interdição através do Ofício nº 342/12, o qual foi respondido pelo Município em 28 de agosto de 2012, através do Ofício nº 398/2012, de fls. 36/37.

Percebe-se pela leitura do termo de interdição (fl. 22) lavrado por fiscal da ADAGRO, que o Matadouro Público de Tabira encontra-se em péssimas condições de higiene e de funcionamento, produzindo odores fétidos e desagradáveis; seus efluentes são jogados a céu aberto; estando localizado na área urbana, circundado por residências, causando risco iminente à saúde pública.

Em 28 de novembro de 2012 a ADAGRO emitiu parecer técnico (fl. 80/82), que evidencia as péssimas condições do matadouro, de forma a ratificar o laudo de vistoria emitido em 02 de agosto de 2012.

Com relação à alegação do agravado de que a interdição imediata do matadouro irá afetar diretamente a economia local, tenho que ela não deve prosperar, porque uma matéria de ordem estritamente econômica não pode preponderar em face de preceitos constitucionais que resguardam prioritariamente o direito à vida e à saúde, estes potencialmente prejudicados com o regular funcionamento do matadouro público.

Aqui, no conflito de princípios e interesses públicos, deve ser privilegiado o interesse maior da saúde e aquele que leva a uma solução e não aquele mantém o problema. Cabe a responsabilidade ao Município em regularizar rapidamente o problema para resguardar todos os bens em conflito. Se a edilidade quer manter um matadouro próprio a sua obrigação é dotá-lo das condições necessárias para seu regular funcionamento e, enquanto isso não ocorre, deve permanecer interditado.

À unanimidade de votos, foi dado provimento ao presente recurso.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0292036-9, em que figuram, como Agravante, o Estado de Pernambuco e, como parte agravada, o Município de Tabira, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em dar provimento ao Agravo de Instrumento em análise, tudo de conformidade com o relatório e voto anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 19 de Setembro de 2013.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0023720-31.2012.8.17.0000(0292036-9)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Município de Tabira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto em face da decisão do MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabira, que, nos autos da Ação Ordinária com pedido de liminar (processo nº 0003278-52.2012.8.17.1420), que concedeu a liminar para autorizar provisoriamente, o funcionamento do Matadouro Público de Tabira.

Alega o agravante que a manutenção do julgado de primeiro grau acarretará lesão grave e de difícil reparação à Fazenda pública Estadual, haja vista permitir a reabertura de matadouro público que não cumpre as normas sanitárias, colocará em risco iminente à população local.

Afirma que houve fiscalização in loco pela ADAGRO (Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco) no momento da interdição do Matadouro, ou seja, em 10 de outubro de 2012 e em período anterior à interdição que evidenciam o descumprimento das normas sanitárias.

Sustenta a incompetência da vigilância sanitária local para se manifestar acerca das condições sanitárias do matadouro público.

A parte agravante requer a atribuição do efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, para evitar graves danos à saúde da população local, na medida em que o local não apresenta condições mínimas de funcionamento, nos termos das manifestações do Ministério Público Estadual e da ADAGRO, órgão competente para efetivar a fiscalização no local.

O relator substituto Juiz José Marcelon Luiz e Silva proferiu decisão interlocutória de fls. 88/89, suspendendo do provimento liminar agravado, no sentido de impedir a reabertura do Matadouro Público de Tabira.

O agravado ofereceu contra-razões (fls. 107/111) com pedido de reconsideração da decisão interlocutória, no sentido de promover a reabertura do Matadouro público de Tabira/PE.

É o Relatório. Inclua-se em pauta.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator



128

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0023720-31.2012.8.17.0000(0292036-9)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Município de Tabira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Marcellon Luiz e Silva

VOTO

O cerne do presente recurso cinge-se na irrisignação do agravante, no que atine à decisão proferida pelo douto juízo da Comarca de Tabira, que, liminarmente, determinou a reabertura do matadouro.

Analisando a decisão recorrida percebo que a autorização provisória para o funcionamento do matadouro público municipal que não cumpre as normas sanitárias, colocará em risco iminente à saúde da população local.

Verifica-se nos autos que o laudo de vistoria foi emitido em 02/08/2012, pela ADAGRO que o encaminhou à Prefeitura de Tabira, informando-lhe acerca da interdição através do Ofício nº 342/12, o qual foi respondido pelo Município em 28 de agosto de 2012, através do Ofício nº 398/2012, de fls. 36/37.

Percebe-se pela leitura do termo de interdição(fl. 22) lavrado por fiscal da ADAGRO, que o Matadouro Público de Tabira encontra-se em péssimas condições de higiene e de funcionamento, produzindo odores fétidos e desagradáveis; seus efluentes são jogados a céu aberto; estando localizado na área urbana, circundado por residências, causando risco iminente à saúde pública.

Em 28 de novembro de 2012 a ADAGRO emitiu parecer técnico(fl. 80/82), que evidencia as péssimas condições do matadouro, de forma a ratificar o laudo de vistoria emitido em 02 de agosto de 2012.

Com relação à alegação do agravado de que a interdição imediata do matadouro irá afetar diretamente a economia local, tenho que ela não deve prosperar, porque uma matéria de ordem estritamente econômica não pode preponderar em face de preceitos constitucionais que resguardam prioritariamente o direito à vida e à saúde, estes potencialmente prejudicados com o regular funcionamento do matadouro público.

Aqui, no conflito de princípios e interesses públicos, deve ser privilegiado o interesse maior da saúde e aquele que leva a uma solução e não aquele mantém o problema. Cabe a responsabilidade ao Município em regularizar rapidamente o problema para resguardar todos os bens em conflito. Se a edilidade quer manter um matadouro próprio a sua obrigação é dotá-lo das condições necessárias para seu regular funcionamento e, enquanto isso não ocorre, deve permanecer interditado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Neste mesmo sentido, cito precedente do TJPE:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. MATADOURO PÚBLICO. INSTALAÇÕES INADEQUADAS. RISCO A SAÚDE PÚBLICA. POLUIÇÃO AMBIENTAL. INTERDIÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO POR UNANIMIDADE. REFORMADA A DECISÃO PROFERIDA EM PRIMEIRO GRAU.1. Quando do julgamento do agravo de instrumento, não cabe ao órgão de segundo grau de jurisdição decidir questões que não tenham sido alvo de apreciação pelo juízo originário, sob pena de supressão de instância.2. Evidenciado iminente risco a saúde da população local, não é razoável impedir que o órgão estadual proceda com eventual interdição do matadouro de Arcoverde.3. Agravo de instrumento provido. Decisão reformada por unanimidade. TJPE- Agravo de Instrumento nº 0265439-3. Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos. 1ª Câmara de Direito Público. Data de julgamento: 25/09/2012).

Desta feita, dou provimento ao agravo de instrumento, para reformar a decisão agravada, mantendo-se a decisão interlocutória proferida pelo relator substituto Juiz José Marcelon Luiz e Silva, no sentido de impedir a reabertura do Matadouro Público de Tabira.

É como voto.

Recife, 19/09/13


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator